



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2021/2025**

ATA NÚMERO VINTE E CINCO

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

----- Ao trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Câmara Municipal, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente; -----

----- Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 28 de junho de 2024 e da ata da sessão extraordinária do dia 09 de agosto de 2024; -----

----- Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções; -----

----- Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município; -

----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Auditoria Externa das Contas do Município de Vimioso; -----

----- Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – ano 2025; -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro: Apreciação e votação da taxa máxima de participação no IRS – “Lei das Finanças Locais – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2023, de 03 de setembro, na sua redação atual – Ano de Rendimentos de 2025.”; -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco: Proposta de não Lançamento de Derrama – para conhecimento; -----

Artes 4

----- Ponto Dois Ponto Seis: **Apreciação e votação da Minuta de Acordo de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do serviço público de Transportes de Passageiros – CIM-TTM. Apreciação e votação da Alteração n.º 16, Alteração Modificativa n.º 6 ao Orçamento da Despesa e Alteração Modificativa n.º 5 ao PAM;** -----

----- Ponto Dois Ponto Sete: **Apreciação e votação do Contrato de “Concessão, Construção e Prestação de Serviços Relativos à Exploração e Gestão de um Sistema de Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos” – Aprovação de Modificação Objetiva do Contrato – Resíduos do Nordeste;** -----

----- Ponto Dois Ponto Oito: **Apreciação e votação da Proposta de Fixação de Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros dos Órgãos Autárquicos – Atual Mandato;** -----

----- Ponto Dois Ponto Nove: **Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Cachico – Mercado Rural”, em Carção;** -----

----- Ponto Dois Ponto Dez: **Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Feira da Castanha e Produtos da Terra”, em Avelanoso;** -----

----- Ponto Dois Ponto Onze: **Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Feira do Mel e Produtos da Terra”, em Angueira;** -----

----- Ponto Dois Ponto Doze: **Apreciação e votação da Alteração n.º 15, Alteração Modificativa n.º 5 ao Orçamento da Despesa;** -----

----- Ponto Dois Ponto Treze: **Apreciação e votação da proposta de trabalhos complementares, construção/reconstrução de um açude no rio Angueira;** -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze: **Apreciação e votação da “Autorização prévia da Assembleia Municipal para alteração do montante global da despesa e assunção do compromisso referente à proposta de trabalhos complementares (informação técnica 15 – 12/09/2024 da empresa de fiscalização – Nordesbuild, Engenharia, Unipessoal LDA) do investimento previsto no PPI na ação n.º 2021/II/60 – Construção/Reconstrução de açude no rio Angueira”;** -----

Quilices 

----- **Ponto Dois Ponto Quinze: Apreciação e votação da fixação do valor anual do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezasseis: Apreciação e votação do Ciclo Anual da Revisão Tarifária 2025 – Serviços de Abastecimento de Água (AA) e Serviços de Saneamento e Águas Residuais (SAR);** -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezassete: Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão e deu as boas vindas à senhora vereadora Ana Filipa Domingues Raimundo. A Senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Lurdes Cristina Rodrigues Bráz Pires, Gracinda Cordeiro Rodrigues, Manuel Fernandes de Oliveira, José Amadeu Vara Rodrigues, Manuel João Ratão Português, Ana Rita Braz Lopes, Jorge Nuno Rodrigues Lopes Alves do Rosário, Maria Bernardete Miranda da Veiga, Luís Filipe Pires João, António Emílio Dias, Carla Oliveira dos Santos Amado, José Manuel Miranda, Daniel Tomé Ramos, António Eduardo Cruz Izeda, Joana Filipa Carvalho Pires, Jorge Miguel Tomé Gonçalves, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Sérgio Lico Bernardo, Licínio Ramos Martins e Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António dos Santos João Vaz, o senhor vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão e a Senhora vereadora Ana Filipa Domingues Raimundo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a introdução dos seguintes pontos na ordem de trabalhos: -----

----- **Apreciação e votação da Alteração n.º 16, Alteração Modificativa n.º 6 ao Orçamento da Despesa e Alteração Modificativa n.º 5 ao PAM;** -----

----- **Apreciação e votação da Alteração n.º 15, Alteração Modificativa n.º 5 ao Orçamento da Despesa;** -----

Cristina

----- Apreciação e votação da proposta de trabalhos complementares, construção/reconstrução de um açude no rio Angueira; -----

----- Apreciação e votação da “Autorização prévia da Assembleia Municipal, para alteração do montante global da despesa e assunção do compromisso referente à proposta de trabalhos complementares (informação técnica 15 – 12/09/2024 da empresa de fiscalização – Nordesbuild, Engenharia, unipessoal LDA) do investimento previsto no PPI na ação n. ° 2021/II/60 – Construção/Reconstrução de açude no rio Angueira”; -----

----- Apreciação e votação da fixação do valor anual do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Apreciação e votação do Ciclo anual da revisão tarifária 2025 – Serviços de Abastecimento de Água (AA) e Serviços de Saneamento e Águas Residuais (SAR); -----

Foi aprovado, por unanimidade, introduzir os pontos na ordem de trabalhos. ----

----- **Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora secretária, foi dada a conhecer a correspondência recebida.

----- **Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 28 de junho de 2024 e a ata da sessão extraordinária do dia 09 de agosto de 2024.** -----

----- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade. -----

----- **Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Apenas uma informação relativa a um incêndio que ocorreu no dia 10 de agosto, em Angueira e São Martinho e, como fruto das diligências tomadas pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira e o representante de Angueira e também a Câmara Municipal, já está aberto o aviso para candidatura para estabilização de emergência pós incêndio em Angueira. A Secretaria de Estado das Florestas mobilizou cerca de 61 mil euros. Não é uma verba avultada, mas o que é certo é que, pela primeira vez neste país para este concelho, houve disponibilização de recursos financeiros rápidos. Para efeitos de estabilização daquilo que ficou degradado em matéria de cursos de água, vias rurais, nada do que respeita a indemnizações para os agricultores. Estes recursos

Assis J

financeiros permitem, à Junta de Freguesia, poder melhorar as vias que foram degradadas e atingidas por aquele sinistro”. -----

----- **Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.**

----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Consolidação de Contas de 2023;** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se de um documento técnico, do trabalho que os auditores desenvolveram, no passado mês de agosto, e que respeita ao primeiro semestre do ano de 2024. Como tiveram oportunidade de ver, no resumo final e passo a citar: “Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, Associados dos Revisores Oficiais de Contas, Fátima Pereira e Carlos Duarte, procederam à análise Económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso a 30 de junho de 2024. Deste documento, destaca-se que, comparativamente a 31 de dezembro de 2023, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente. O que quer dizer que a gestão foi cuidadosa. O grau de execução orçamental mostra-se positivo, atendendo a que a execução da despesa se apresenta inferior à execução da receita”. Toda a gente sabe o que isto quer dizer, o Município cumpre assim o princípio Orçamental de Equilíbrio Financeiro, já que a receita corrente cobre a totalidade da despesa corrente. Relativamente ao limite de endividamento, o artigo 53.º da Lei 73/2013 estabelece que o limite da dívida não pode ultrapassar uma vez e meia a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Conclui-se, por parte do Município, o cumprimento da legislação aplicável. Como disse, este é um documento rigorosamente técnico, as conclusões são fundamentais para a vida do Município e são, de certa forma, bastante animadoras”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – ano 2025;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Todos os anos vem, a esta Assembleia, um documento mais ou menos similar a este. Isto respeita ao pagamento dos direitos de passagem das operadoras de telecomunicações que utilizam o nosso espaço e têm que pagar os direitos de passagem. Totaliza cerca de 130 mil euros anuais que respeita a uma taxa de 0,25% do total cobrado aos clientes do ano a que respeita”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro: Apreciação e votação da taxa máxima de participação no IRS – “Lei das Finanças Locais – Artigo 26.º da Lei n.º 73/2023, de 03 de setembro, na sua redação atual – Ano de Rendimentos de 2025.”;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Mais um documento que vem todos os anos ser apreciado e votado por esta Assembleia. Respeita à retenção de 5% da receita do IRS na sua totalidade para o Município. Sabem que o Município, todos os anos, retém essa importância. É o valor máximo que a Lei permite. Esta verba é encaminhada, na sua totalidade, para os apoios sociais que o Município vem colocando em prática às pessoas mais desfavorecidas. Sendo um documento técnico-político, envolve uma rubrica de cerca de 133 mil euros que vai reverter, em 2025, para o Município poder favorecer ou combater um pouco mais a exclusão social”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco: Proposta de não Lançamento de Derrama – para conhecimento;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como concluíram da leitura da informação da Dra. Olga Isabel Salazar Fernandes, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25 do anexo 1, a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei 53/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara, fixar, anualmente, o imposto da taxa municipal sobre imóveis, bem como o lançamento de derramas. Mais informo que, no ano anterior, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,

Carles

não lançar derrama e levar, à Assembleia Municipal esta deliberação. Poderíamos, eventualmente, lançar derrama sobre o IRC, sobre os comerciantes e industriais do concelho que pagam IRC, mas com toda a honestidade e sinceridade, penso que ninguém estaria de acordo com uma situação destas porque os investidores, em Vimioso, já são tão poucos, se fossem penalizados, com qualquer derrama, desapareciam muitos mais". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da Minuta de Acordo de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do serviço público de Transportes de Passageiros – CIM-TTM. Apreciação e votação da Alteração n.º 16, Alteração Modificativa n.º 6 ao Orçamento da Despesa e Alteração Modificativa n.º 5 ao PAM;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Se os documentos, até agora aprovados, respeitam a situações de ordem técnica. Este documento, para discutir e aprovar, tem o seu cunho, naturalmente político, mas também técnico. O que respeita a Minuta de Acordo de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do serviço público de Transportes de Passageiros – CIM-TTM. Como sabem, em 2019, foi lançado um concurso para contratação de operador de transporte em toda a região da CIM-TTM e, naturalmente, Vimioso incluído. Respeitava, isto, ao transporte do público em geral e ao mesmo tempo dos alunos. Relativamente, carreiras municipais quer dizer, das freguesias para a sede do município, e carreiras intermunicipais, que seriam carreiras inter-regionais, da sede de concelho para a sede de Distrito. Esse concurso não ficou deserto, foi adjudicado. Após a adjudicação, o operador apercebendo-se, em tempo de pandemia, a necessidade das deslocações reduziram e, naturalmente, desistiu, recusou-se a prestar esse serviço. Atualizando este projeto de contratação de um operador para a CIM-TTM, há necessidade dos Municípios abrangidos pela CIM delegarem competências na CIM, para que esta instituição possa desenvolver um percurso e possa contratar. De certa forma, dando dimensão ao concurso, porque abrange todos os municípios. Dando dimensão, podemos reivindicar ou prever

que os custos serão mais reduzidos do que cada município contratar esse serviço de transportes. Quer isto dizer, negociando no seu todo, ficará mais barato. Há necessidade de delegar competências na CIM para desenvolver o procedimento e, ao mesmo tempo, há necessidade de aprovar o programa do concurso e a minuta do contrato que se vai celebrar com a CIM-TTM. Este ano os operadores de transportes vão ser os mesmos até ao final do ano letivo. Nos primeiros meses de 2025, este concurso estará pronto e a adjudicação estará feita para que as pessoas possam beneficiar, quer de preços mais reduzidos, quer, em algumas situações, de isenção de quaisquer custos". -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: "Só queria fazer a seguinte pergunta: se desse concurso também contemplava um percurso da sede de concelho de Vimioso à sede de concelho de Mogadouro, aqui por Algos". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Compreendo a preocupação do meu bom amigo, José Rodrigues, mas, de facto, o que isto pressupõe é a deslocação interconcelhos e deslocação para a sede de distrito. Se bem entendi, para ir para Mogadouro tem que se deslocar para a sede de distrito e da sede de distrito para Mogadouro. Na última negociação que tivemos, o vereador Pascoal teve que propor uma alteração, que não estava prevista, os nós rodoviários, como Vimioso, Carção e Caçarelhos, no sentido de beneficiar as populações, ou seja, não estarem à espera uma hora e meia para se deslocarem para a sede de distrito". -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão. Disse: "Relativamente aos transportes, a rede serve as ligações do nosso concelho. Faz as ligações do nosso concelho até Bragança. O caso de Mogadouro terá que ir a Miranda do Douro apanhar o autocarro. O objetivo desta rede de transportes é servir as populações na ligação à sede de concelho, que é fundamental, e na ligação à sede de distrito. Caso contrário, a rede tornar-se-ia um pouco complexa e inviável financeiramente. O que se fez e estava em falta, as populações limítrofes, Santulhão, Matela, Vale de Frades, por exemplo, não tinham a ligação Miranda do Douro-Bragança. Com esta ligação, as pessoas, à segunda e à sexta-feira, podem deslocar-se a Bragança. Tentamos melhorar a rede que foi definida pelo anterior executivo, colmatar essa lacuna, da ligação das aldeias limítrofes. É esse o principal objetivo, que essas aldeias tenham

A

acesso à ligação à sede de concelho e sede de distrito. Também foi retificado o horário da linha, de forma a que os alunos, que andam a estudar em Bragança, possam chegar a tempo. Na generalidade, todos os pontos fundamentais foram abrangidos”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Sobre este assunto, ainda, posso dizer-vos o seguinte: em última instância, tentamos, nós próprios, criar a nossa rede de transportes do município. Poderia, à partida, pensar-se que era vantajoso. Colocámos, em cima da mesa, a possibilidade de rasgar qualquer contrato que havia com a CIM-TTM. Mas, primeiro, foram compromissos que mais ou menos estavam assumidos. Por outro lado, todos os municípios, à exceção de Bragança que tem a sua própria rede de transportes, e iria ficar muito mais moroso. Além de termos que adquirir autocarros, teríamos que contratar 5 ou 6 motoristas. Ora, tudo isto tem custos, se à partida pode parecer uma coisa menos onerosa para o município, chegamos à conclusão que iria ter custos muito mais elevados do que se assinarmos com a CIM-TTM”. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: “A camioneta que vem de Bragança agora, poderá não ser o mesmo operador. Chega a Vimioso e transfere para a camioneta que vem do Porto. Neste caso, por exemplo, a camioneta que vem de Bragança seguia para Mogadouro e a camioneta que vem do Porto seguia para Miranda do Douro, isto, se fosse o mesmo operador. É uma questão de falar e ver se poderia ser possível desta forma”. ---

----- Usou da palavra o senhor Vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão. Disse: “Tudo é possível desde que haja dinheiro. É possível, sim, pôr o autocarro para Mogadouro. É possível, sim, pôr o autocarro para outro sítio qualquer, mas vamos analisar uma coisa: é viável, financeiramente, para o município? Não. Temos que definir as nossas prioridades e temos que fazer as coisas conforme o dinheiro que temos. Vão ser cerca de 300 mil euros por ano que o município vai despende. Querem despende 700 mil como faz Vinhais? E pôs um autocarro logo de manhã de Bragança para os funcionários irem para Vinhais? Pode-se fazer. É bom? Não. Para nós, a prioridade é para os idosos do concelho que não têm ninguém e não têm grandes possibilidades, possam ter transporte para a sede de concelho para as consultas, por exemplo”. -----

Cristina

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Só quero informar, e como viram na alteração 16 ao PAM, temos informação que os custos não atingirão estes valores, mas está prevista uma despesa para 2025, de 287 mil euros mais ou menos, para 2026 um valor de 293 mil, para 2027 um valor de 298 mil e para 2028 um valor de 310 mil. Como disse o Pascoal, não há hipótese de fazer mais e melhor”. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: “Eu levantei a questão pelo seguinte: é um eixo que é intermunicipal certo? Por exemplo o pessoal de Mogadouro que queira vir para cá não tenha que ir a Miranda. É um trajeto muito mais curto, fazia com que houvesse passagem de pessoal. No entanto, nós temos, nesse eixo de aldeias que ainda são ponderáveis, o caso de Algosos e Campo de Víboras, da parte de Mogadouro também muita aldeia ali. É uma questão de falar com o pessoal de Mogadouro para ver se podia ser viável. Acho que o nosso concelho, tendo um trajeto de Mogadouro-Vimioso, iria beneficiar, viria mais gente, porque assim essas aldeias ficam isoladas ou cingem-se a táxis”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Senhor José Rodrigues, o Vereador Pascoal já referiu que os nossos recursos são fracos e temos que definir prioridades”. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação do Contrato de “Concessão, Construção e Prestação de Serviços Relativos à Exploração e Gestão de um Sistema de Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos” – Aprovação de Modificação Objetiva do Contrato – Resíduos do Nordeste; -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Mais uma situação que decorre da morosidade dos serviços administrativos. A verdade tem que ser dita, não é dos nossos, o Tribunal de Contas atrasou-se a validar o concurso público internacional para aquisição dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, o que obriga a um ajuste direto, à empresa que estava a executar, que é a Resíduos do Nordeste, no valor de 258 mil euros. Como ve-


Cristina

em, não é nada fácil para um município com recursos próprios, com receitas tão baixas, não é fácil gerir a contenda das populações. Quem estava com estes procedimentos era o Presidente Jorge Fidalgo, embora muitas vezes reuníssemos e fossem apresentados os esclarecimentos necessários, não memorizávamos tudo. O que é certo, é que, nunca pensei, que o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e o tratamento, pudessem atingir estes valores, em meio ano”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da Proposta de Fixação de Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros dos Órgãos Autárquicos – Atual Mandato;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “É uma situação que eu não concordo muito, não fui muito recetivo à ideia e os vereadores que me acompanham sabem disso. Já fui, em tempos, agente de seguros, sei o que isto é, as coberturas são todas e mais algumas, mas quando a gente precisa, não são nenhuma. Nesta área dos seguros de acidentes pessoais, as companhias de seguros estão sempre a “fugir com o rabo à seringa”. Primeiro, é o seguro que eles têm que dá mais lucro. Se é o mais lucrativo ou não há grandes sinistros, ou a companhia não terá assunção de compromisso em todas as situações. São empresas privadas e têm por objetivo o lucro, caso contrário não tinham estes contratos. Da Lei, decorre que um presidente valha 157.205,00 euros, os vereadores em regime de permanência 124.564,00 euros, um vereador em regime de não permanência também é para incluir com o valor de 50 mil euros. O presidente da Assembleia 1.917 euros, as secretárias da Assembleia 4.097 euros e os membros da Assembleia 3.278 euros. De referir que tem que se fazer a correção e incluir o vereador em regime de não permanência”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos, dois ponto nove, dois ponto dez e dois ponto onze fossem discutidos em conjunto e vota-


C. Soares

dos separadamente. Foi aprovado por unanimidade. Referiu que as partes interessadas, em cada um dos pontos, não poderiam votar. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Cachico – Mercado Rural”, em Carção;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Dez: Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Feira da Castanha e Produtos da Terra”, em Avelanoso;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Onze: Apreciação e votação da minuta do protocolo de colaboração – “Feira do Mel e Produtos da Terra”, em Angueira;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Apenas dizer que nada nos demoverá de continuar a apoiar aquelas feiras que as Juntas de Freguesia têm o prazer de organizar nas suas Freguesias. Se for necessário, em bom rigor, aumentar até o apoio às feiras dos produtos da terra que se vão fazendo. Como disse, é com tristeza que se vê menos gente e estas feirinhas ainda vão, de certa forma, monopolizando e mobilizando pelo menos as gentes das freguesias para as tendas e para os espaços onde elas se desenrolam. Por forma a dar vida, diversão, mais-valias económicas, nesses dias”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os pontos dois ponto nove, dois ponto dez e dois ponto onze à votação, os quais foram aprovados por unanimidade. Colocados à votação, em minuta, foram aprovados por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira Licínio Ramos Martins. Disse: “Fico muito contente que, nestes 3 pontos, tenha havido aprovação por unanimidade. É o reconhecimento unânime da estratégia adotada no concelho com estas feiras locais. Julgo que o contributo da Câmara Municipal de Vimioso, fazendo o somatório, incluindo o investimento na Feira de Artes e Ofícios em Vimioso, será inferior ao investimento que outros municípios fazem num só evento na sede de município. Parece-me que a estratégia, em Vimioso, é diferente e assertiva, no meu ponto de vista. Queria deixar, aqui, uma sugestão Senhor Presidente, uma vez que vai reunir com os comerciantes e industriais, com os empresários do concelho. Nestas feiras, dando nós prioridades aos expositores do concelho, ter também sempre presente expositores dos concelhos vizinhos. A esses expositores nunca lhe cobramos o lugar. No entanto, quando os nossos expositores vão a al-

guns concelhos vizinhos, é-lhes cobrado o lugar. Eu sugeria que houvesse um acordo entre os municípios que permitisse que os expositores do concelho de Vimioso, quando fazem as feiras de Miranda, Mogadouro, Vinhais, Bragança, tivessem os seus lugares gratuitos, uma vez que nós, também, não cobramos aos expositores desses municípios. Faz todo o sentido existir aqui um acordo solidário entre os municípios”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Aplaudo a ideia. É inadmissível que nós não cobremos a quem vem de fora e a nossa gente tenha que pagar quando vai para fora. Mas nós já damos apoio àqueles artesãos que se deslocam para outras exposições. De qualquer forma, é muito pouco. Estamos motivados para aumentar e incentivar, cada vez mais, esses apoios. Vamos desenvolver contactos com os concelhos limítrofes, no sentido de isentarem os nossos expositores”. -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão. Disse: “Uma pergunta a quem organiza as feiras. Em nenhuma feira vocês cobram aos expositores que veem dos concelhos limítrofes?”. -----

----- Foi respondido, ao senhor vereador, que em nenhuma feira se cobrava o espaço, a nenhum expositor que viesse de fora. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santuário Jorge Miguel Tomé Gonçalves. Disse: “Estamos aqui na questão das feiras e dos transportes. Dentro das feiras, verifica-se que se realizam sábado e domingo, mas sábado tende a haver pouca adesão. Dentro dos possíveis, não sei se seria exequível ou não, organizar-se uma rede de transportes específica a pensar nas feiras, no sentido de criar a possibilidade de mais pessoas se poderem deslocar”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Obrigado pela ideia, mas a verdade é que, na organização da feira de Artes e Ofícios, não vamos fazer já para as feiras que faltam organizar, no caso da feira do mel da castanha e a do cachico. Para a feira de Artes e Ofícios, vamos já disponibilizar alguns transportes no sentido de melhorar a afluência à feira. Para 2025 e se houver necessidade disso, penso que haverá condições para esse efeito, podemos eventualmente assumir esse encargo, não quer dizer que o farei, mas podemos discutir essa possibilidade”. -----

C. Silva

----- **Ponto Dois Ponto Doze: Apreciação e votação da Alteração n. ° 15, Alteração Modificativa n. ° 5 ao Orçamento da Despesa;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se da criação de uma nova rubrica, de restituições”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos dois ponto treze e dois ponto catorze fossem analisados em conjunto e votados separadamente. Foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Treze: Apreciação e votação da proposta de trabalhos complementares, construção/reconstrução de um açude no rio Angueira;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Catorze: Apreciação e votação da “Autorização prévia da Assembleia Municipal para alteração do montante global da despesa e assunção do compromisso referente à proposta de trabalhos complementares (informação técnica 15 – 12/09/2024 da empresa de fiscalização – Nordesbuild, Engenharia, unipessoal LDA) do investimento previsto no PPI na ação n. ° 2021/I/60 – Construção/Reconstrução de açude no rio Angueira”;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se apenas de informar que há uma proposta que a entidade fiscalizadora da obra da construção do açude no rio Angueira, cujos trabalhos estão em fase de conclusão. Esta proposta está ligada estreita e estritamente ao ponto dois ponto catorze, que respeita à autorização prévia da Assembleia Municipal para alteração do montante global da despesa e assunção do compromisso referente à proposta de trabalhos complementares, que são estes aqui contemplados, e já explico quais são. A informação técnica 15 – 12/09/2024 da empresa de fiscalização – Nordesbuild, Engenharia, unipessoal LDA) do investimento previsto no PPI na ação n. ° 2021/I/60 – Construção/Reconstrução de açude no rio Angueira. O açude do rio Angueira, como sabem, tem que ser efetuada a construção em tempo de baixo caudal, tem sido feito com a celeridade possível porque não há hipótese de fazer os trabalhos no açude durante o inverno, quando o caudal é mais elevado. A Câmara adjudicou a obra e contratou uma empresa externa


C. Lopes

para fiscalizar a execução dos trabalhos. Com o desenrolar dos trabalhos, apercebeu-se a empresa fiscalizadora da necessidade de alguns trabalhos a mais, nomeadamente nas fundações, houve aqui um erro do projetista. Não terá sido bem calculada a profundidade e teve que envolver uma dezena de metros cúbicos a mais para a boa execução dos trabalhos. O que implica 47.250,00 euros de trabalhos a mais na fundação. Houve necessidade de fixar as pedras soltas com betão, houve necessidade de melhorar o caminho de acesso ao açude e também as armaduras do *bypass*, que é um canal cujos trabalhos a mais propostos são de 17.550,00 euros. Isto tudo totaliza 81.765,00 euros. Mais uma vez, apostados no rigor orçamental e no rigor no que respeita aos dinheiros públicos, nós, em sede de reunião de Câmara, quisemos aprovar apenas no que respeita às fundações, cuja proposta era de 47.250,00 euros, aproveitamos, à priori, apenas 23.625,00 euros, porque estes trabalhos só foram comunicados após a sua boa execução. Isto não impede o empreiteiro de recorrer e de pedir o pagamento da outra parte que são 50% da proposta. Penso que o empreiteiro e a própria fiscalização sabendo que foram executados esses trabalhos, vão solicitar esse pagamento. Isto é apenas o adiamento do assumir esta responsabilidade, embora, se houver recursos através das vias judiciais, isto possa não acontecer. O que é certo é que, estamos a pagar, mas não estamos a esbanjar. Estamos a exigir que se cumpra a legalidade". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Disse: "Só queria dar aqui uma pequena achega ao que o senhor Presidente disse. Aqui, a fiscalização do açude era externa à Câmara Municipal, como é que esse montante chegou aqui para ser pago por trabalhos a mais? Se a Câmara Municipal quisesse mandar alguém para comprovar que esses trabalhos foram feitos, que não houve lapsos por parte do empreiteiro, como iam comprovar se foi nas fundações?". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Se há uma contratação de uma fiscalização externa ao Município, há naturalmente uma responsabilização desse contratado. O técnico, em concreto, que faz a fiscalização, é um engenheiro da Nordesbuild. É um homem com experiência nesta matéria de fiscalizações de obra. O que aqui está em causa, e não há dúvida sobre isto, as fundações, o total de trabalhos a mais é de 47.250 euros. Para nós, o mais simples e porque somos todos algo inexperientes nestas matérias,

era dar tudo a todos. Mas eu fui verificar e, digo sinceramente, o açude está muito bem executado, em todas as formas, quer para a manutenção dos peixes quer para abastecimento de água. O açude resolve um problema grave de abastecimento de água à margem esquerda do rio Maçãs”. -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão. Disse: “Só acrescentar ao que o senhor Presidente disse. Em termos técnicos, é possível verificar, fazendo uma perfuração de amostragem, tirar uma camada de betão, dá para ver se, de facto, o betão foi posto lá ou não. Ou pelas fichas de descarga da central de betonagem que serviu esta obra, comprovar todas as descargas que foram efetuadas nesse período temporal”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “O ponto dois ponto catorze trata isso mesmo, a assunção do compromisso”. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto treze à votação, o qual foi aprovado por maioria, com uma abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. Colocou o ponto dois ponto catorze à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quinze: Apreciação e votação da fixação do valor anual do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Informar que, a exemplo do que tem acontecido nos anos anteriores, é para manter os mesmos valores percentuais por mais dois anos. Cobramos na totalidade 125 mil euros aos titulares de prédios urbanos no concelho. É muito pouco, mas propomos manter a mesma percentagem por mais dois anos. Isto é, para prédios até ao valor de 125 mil euros”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- **Ponto Dois Ponto Dezasseis: Apreciação e votação do Ciclo anual da revisão tarifária 2025 – Serviços de Abastecimento de Água (AA) e Serviços de Saneamento e Águas Residuais (SAR);** -----

4
A. Silva

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "A proposta é manter os mesmos tarifários que estão na informação que vos foi distribuída. Mais nada posso acrescentar, a não ser que a Câmara Municipal tem vindo, nos anos anteriores, a deliberar pela manutenção das taxas e tarifas e propõe-se que, a esse exemplo, essa situação se mantenha no próximo ano". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Disse: "Para dar aqui uma achega ao senhor Presidente: ainda bem que ganhou o prémio de qualidade da água. Só para dizer que, nos últimos 15 dias, o abastecimento de água em Vimioso, tem sido uma catástrofe. Pode comprová-lo, a água tem saído, principalmente nos fins de rede, muito turva. Não só para consumo, mas para a lavagem da roupa, para tudo. Ainda ontem, me disseram que, na parte alta da vila de Vimioso, também acontecia isso, pensei que era só na minha zona, mas não. Agradecia ao senhor Presidente da Câmara, que tomasse providências sobre isso e que chamasse a atenção a empresa responsável pelo abastecimento de água". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Eu não tenho dúvidas sobre isso. Já o questionei se haveria ou não possibilidade de fim com princípio de rede, para não haver finais de rede. Em Carção houve uma situação igual, em que nos fins de rede a água saia turva, era uma vergonha. Desenvolveram-se trabalhos de ligação de final de rede a outro final de rede, e o problema resolveu-se. Porque não há finais de rede, a água circula. Nos finais de rede a água vai-se acumulando, só sangrando a rede, abrindo bocas-de-incêndio e outras soluções é que se pode impedir que isso aconteça. Para mim, foi uma surpresa agradável, quando o Pascoal me disse que Vimioso ganhou um prémio de qualidade da água. Eu pensei, como é possível se há todos os dias reclamações sobre isso. De facto, a única justificação que existe, a água até pode ter qualidade, mas o que é certo, é que a água tem mau aspeto. Vou ter isso em consideração. Já tínhamos conversado sobre isso, no sentido de ser possível essas ligações a que me referi. Ligar um final de rede a outro final de rede". -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: "Concordo que não haja alterações de taxas, mas devia haver uma revisão nos escalões do consumo da água. Na minha opinião pessoal, o primeiro escalão é muito escasso, 5 metros é muito escasso, principalmente quando são fa-

C. L. L. S. &

mílias grandes. O Primeiro e o segundo escalão deviam ser um pouco mais alargados, nos outros sim, haver um agravamento". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Quero só dizer o seguinte: não há soluções perfeitas. Como sabe, o resultado do dever e haver, relativamente ao serviço de água ao domicílio, é muito baixo. A Câmara não tem nem de perto nem de longe, as receitas que possam fazer face a todos os custos inerentes à distribuição de água. Desafio-o a fazer uma proposta credível e exequível, no sentido de regular e justificar a despesa do consumo de água". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- **Ponto Dois Ponto Dezassete: Outros assuntos de interesse para o Município;** -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: "Na sequência do que disse o Pascoal, para melhorar a rede viária por causa dos idosos. Era fazer o esforço, reforçar os serviços médicos do Centro de Saúde de Vimioso. Não só o Centro de Saúde de Vimioso, mas também, as suas extensões. É inadmissível, pelo uma vez por mês ou cada 15 dias não ir um enfermeiro às extensões das freguesias. Ali, em Outeiro, a cada 15 dias vai lá um enfermeiro para dar apoio aos idosos, medir a tensão ou ver os diabetes. Fiquei bastante preocupado, no dia 7 de setembro ocorreu um acidente lá em Argozelo. Um senhor de risco foi picado por uma abelha, teve que vir aqui a Vimioso, não havia lá ninguém para o atender. Além de não haver lá ninguém para o atender, ninguém teve a decência de chamar o INEM, disseram-lhe que tinham que ser eles a chamar o INEM. A sorte dele foi que não era uma vespa daquelas bravas senão tinha batido a bota. Teve que ser o sobrinho que ia com ele a chamar o INEM, ainda veio a VMER ao encontro do INEM. Isto é um bocado preocupante. Devíamos fazer um esforço, nesse sentido, para melhorar. Se não há médicos então que fechem. Já não digo que estejam abertos ao sábado e ao domingo, mas que não andem a brincar com as pessoas. Outro ponto, na sequência destes incêndios todos e da oportunidade de virem buscar algum dinheiro, aproveitar para fazer umas charcas. Sensibilizar os ambientalistas, veem como está o país agora, é por falta de água, há incêndios, os helicópte-



ros têm que ir buscar água a centenas de quilómetros, é inadmissível. Quantos mais recursos houvesse melhor. Outro ponto, que já falei aqui outra vez, era no festival de folclore, nos concertos da banda, devia ser em cada ano sua freguesia, nas freguesias maiores. Vimioso está a fazer as festas, a maior parte delas, pagas pela Câmara Municipal, o resto do município tem que ser o próprio povo a custear essas festas todas. Por exemplo, em Argozelo, já fazemos a receção ao emigrante há 2 anos consecutivos e sabemos o quanto nos custa. Na minha opinião, o festival de folclore devia ser feito ora em Vimioso, ora em Carção ora em Argozelo, descentralizar um pouco este tipo de eventos. Por último, felicitar o nosso Presidente, que faça um bom trabalho, que tenha um bom mandato e que Deus o ajude a desenvolver este concelho". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Sobre a intervenção do senhor Manuel de Oliveira, tenho a dizer, eu serei sempre o Presidente que vocês quiserem que eu seja. Isto é um trabalho de todos e para todos. Não é direcionado para ninguém, individualmente, nem direcionado diretamente para nenhuma instituição. É direcionado para o concelho. Como disse, conto com os vossos contributos, nomeadamente no que respeita ao trabalho fundamental que é planear o orçamento e plano para 2025. Façam-me chegar com toda a seriedade os vossos contributos, desde que sejam exequíveis. Não me peçam um aeroporto para Argozelo, nem me peçam a variante que eu não concordo. Permitam-me que discorde das variantes. Enquanto eu puder, a variante não é feita, prefiro outras soluções. Relativamente aos aspetos que referiu, médicos no Centro de Saúde, estou a trabalhar nesse sentido. Hoje, tenho uma reunião com o Dr. Rui para podermos discutir qual é a melhor solução para que os serviços de saúde sejam assegurados no concelho de Vimioso. Relativamente às charcas, não sei se leram a minha informação, mas temos um processo judicial pendente, que vem em consequência de um erro que cometemos na construção da charca de Carção. Sabem que, quer o ICNF quer a APA, não aprovam construções de charcas em lado nenhum. Por exemplo, Santulhão tem algumas charcas e foram todas construídas clandestinamente. E sabem porquê? Porque não se viam da estrada. Em Carção mal viram a charca, alguém de má-fé participou à APA e ao ICNF a ilegalidade que estava a ser feita. Os trabalhos foram suspensos e não sabemos se irão ser retomados. Tudo depende da forma como o processo judicial evoluir. E sobre proces-

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. Soares".

...sos judiciais, na minha informação, estava um processo sobre um diferendo que tivemos com a empresa de construção Madureira & Azevedo. Este processo já foi extinto porque, em última instância, o Tribunal Administrativo deu razão à Câmara. Relativamente à descentralização dos festivais, toda a gente sabe qual é a minha opinião. Eu debati-me, sempre, para que o festival de folclore fosse em Argozelo. Várias vezes falei com a Professora Elisabete para que, em vez de ser sempre em Vimioso, fosse noutras freguesias. Relativamente às festas de Vimioso, tenho uma opinião completamente diferente. Em todos os municípios quem paga as festas da sede de concelho é a Câmara Municipal, em todos. Posso dizer-vos que Miranda alugou uma tenda por 150 mil euros para as festas da cidade e foi a Câmara que pagou. Não há comissão de festas. Em Bragança quem paga as festas da cidade é a Câmara, em Macedo igual, em Vila Flor este ano gastaram 260 mil euros nas festas da vila. A Câmara tem que abrir um pouco os cordões à bolsa porque a mobilização das pessoas para a sede de concelho também passa por aí. Não vai pagar as festas das aldeias, mas deve melhorar um pouco a sua participação nas festas da vila, a Câmara só paga o Dia do Município. O poder político, o executivo a Câmara Municipal em si, devemos ser mais participativos nas festas do dia 10 e 11 de agosto". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira Licínio Ramos Martins. Disse: "Oliveira acho que temos que ser justos nisto. Uma coisa é pagar despesas do dia do município, que é de todos e o concelho não é tão grande assim. Acho que toda a gente deve participar no Dia do Município. Outra coisa, são os restantes dias que, em Vimioso, como em qualquer outra aldeia, são as comissões de festas a assumir. Portanto, aí temos que ser justos. O Presidente está-se a referir a outros municípios que têm outra estratégia, que afunilam tudo na sede de concelho e aqui não é bem assim. Não participam as festas das aldeias, mas participam outras atividades e iniciativas, nomeadamente as feiras. Temos que ser razoáveis e justos". -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: "Queria deixar claro que eu não me referi que participassem as festas das freguesias. Eu disse para poder mobilizar o festival de folclore ou o concerto da banda para

fortalecer e melhorar as festas das aldeias. Eu não me referi que deviam pagar". -----

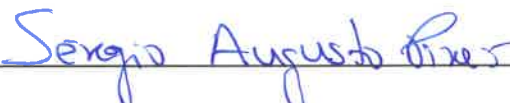
----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Queria dar os parabéns à Junta de Freguesia de Vilar Seco. Eu não pude estar presente na Feira das Colheitas. Sei que correu muito bem, parabéns. Estamos disponíveis para continuar a ajudar nestes eventos. Quero convidar-vos a participar nas próximas feiras porque o povo tem que participar. Na Feira do Mel em Angueira, na Feira da Castanha em Avelanoso e claro na Feira de Artes e Ofícios em Vimioso". -----

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

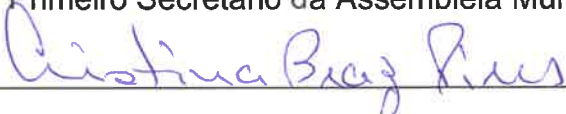
----- Não houve pedidos de intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas onze horas e quarenta minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal



O Segundo Secretário da Assembleia Municipal